



LUCIANA MÜLLER
 lmuller@j.com.br

Em Brasília

O gestor de Educação de Jundiá, Oswaldo Fernandes, esteve, na quinta-feira, em Brasília, para acompanhar a entrega da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Ministério da Educação (MEC). "A Base é a referência nacional. Existem 10 pontos centrais que são as competências a ser desenvolvidas", argumenta.

Em São Paulo

Nesta semana, o prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado, esteve várias vezes em São Paulo para reuniões. Mas ele não é o único. Gestores das unidades também têm batido cartão no Palácio dos Bandeirantes e em outros órgãos do governo do Estado. A negociação por verbas é o foco principal deste início de governo.

Na PGR

O deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) foi alvo de duas representações protocoladas na PGR (Procuradoria-Geral da República), por conta de supostas declarações racistas feitas pelo parlamentar, em recente apresentação em São Paulo. Ele teria declarado que "afrodescendentes" quilombolas "não fazem nada e nem para procriador (sic) eles servem mais" e que as reservas indígenas e quilombos atrapalham a economia do País.

Sem Imprensa Oficial

A Imprensa Oficial de Jundiá, publicada e impressa às quartas e sextas-feiras, não circulou. A edição 4262 estará disponível para visualização no site da Prefeitura de Jundiá, a partir de hoje. Já a versão impressa poderá ser retirada no Paço Municipal, Complexo Argos, Câmara Municipal, Biblioteca Pública, Casa da Cultura, Fumas e DAE, a partir de segunda-feira. O motivo para o atraso não foi divulgado.

Feliciano

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello decidiu arquivar inquérito aberto para investigar o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) pelos crimes de peculato e contra a honra. A investigação foi aberta em 2013, após representação promovida pelos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érica Kokay (PT-DF), que acusaram Feliciano de ser responsável pela veiculação de vídeos postados na internet.

Salário mínimo

O salário mínimo vai aumentar para R\$ 979 no ano que vem. A previsão está na proposta de Orçamento que o governo apresentará oficialmente na semana que vem. O valor representa um aumento de quase 4,5% no atual piso, de R\$ 937. Se considerada a inflação prevista pelo governo para este ano, de 4,3%, trata-se um reajuste real (acima da inflação) perto de 0,2%. Para 2019, a previsão é de um mínimo de R\$ 1.029.

► NOS BASTIDORES

Apesar de reforma política comprometer conversas, partidos aguardam definições estaduais para parcerias e nomes

Ainda tímida, articulações para eleições 2018 começam

LUCIANA MÜLLER
 lmuller@j.com.br

Ainda estamos no primeiro semestre de 2017, mas os olhos estão voltados para 2018. Com as eleições para os cargos de deputados estadual e federal, governador, senador e presidente da República batendo à porta dos partidos, políticos começam, mesmo que timidamente, a especular nomes que possam compor a legenda para a disputa. A indefinição com relação à reforma política, no entanto, compromete as conversas, já que existe a possibilidade de coligações não serem permitidas. A própria reforma da Previdência é um empecilho para as expectativas políticas dos deputados e partidos que buscam a reeleição (leia Cidades 5).

Existem duas versões de reforma política que correm em Brasília: uma na Câmara e outra no Senado, e cada uma tem detalhes específicos como o formato da votação, criação de fundo e limitações. "Antes de a reforma ser votada, não dá para acertar nada. As discussões precisam acontecer na executiva estadual, para então, chegar aos diretórios", comenta o vereador e presidente do PPS, Paulo Sérgio Martins. O partido é um dos cotados a ter candidato próprio pela cidade.

O presidente do PSB e gestor de Educação, Oswaldo Fernandes, também aponta a reforma como um entrave para as conversas. "Ainda é muito cedo, mas o partido tem nome para lançar pela Região. Mas antes é preciso discutir com a direção estadual. Depois da Páscoa temos conversa com o Márcio França (vice-governador e presidente da Executiva estadual). Existe a reforma que está para ser votada. Dependendo de qual seja aprova-



ARTICULAÇÕES Partidos começam a se mexer para as eleições do ano que vem: reformas serão essenciais para o pleito

da, a eleição será diferente. Se passar a da Câmara dos Deputados, existirá a cláusula de barreira, e conseguir 2% dos votos de São Paulo são muitos votos", argumenta o gestor.

A cláusula citada por Fernandes é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que divide os partidos políticos em dois tipos: os que funcionam parlamentar e os com representação no Congresso Nacional. Os primeiros serão os que obtiverem no mínimo 2% dos votos nas eleições gerais de 2018 e 3% nas de 2022. Essas legendas poderão ter acesso a fundo partidário e tempo de rádio e televisão, estrutura funcional própria no Con-

gresso e terão direito de propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações de controle de constitucionalidade.

O PMDB, centro político atual, com o presidente Michel Temer, demanda dos diretórios municipais paciência. "Estamos esperando. O cenário político está muito conturbado nacionalmente e precisa de definições. Precisa estabelecer para discutir o futuro. De qualquer maneira, temos nomes para ser lançados".

Tem o vereador eleito em Jundiá (Márcio Penicostes, o Márcio Cabelereiro). Mas tudo depende da Executiva Estadual. Precisamos de nomes com penetração regional", explica Waldemar Foelkel, presidente do diretório de Jundiá do PMDB.

Outro momento

Com estratégia de time, o ex-vereador Rafael Purgato, presidente do PCdoB de Jundiá, acredita que o partido está forte na Região. "No âmbito federal, cada partido segue a sua estratégia para formar o melhor time. Apesar de eu não ter sido reeleito, o partido fez vários nomes nas cidades da Região. A expectativa é continuar o trabalho e lançar chapa pura para deputado. Assim aconteceu nas duas últimas eleições. Agora é continuar o trabalho que já vem sendo feito há vários anos", argumenta, se colocando à disposição da legenda.

Arthur Augusto, presidente do diretório do PT de Jundiá, afirma o partido vive momento de eleição. "Domingo será feita eleição interna para renovação partidária. A chapa é única, com Marilena Negro. Depois serão realizadas decisões estaduais e nacional. Somente após o

congresso nacional é que começa o preparo para 2018. O bom é que o partido tem vários nomes para indicar", explica. Ele afirma que a legenda deve lançar candidato para as vagas de deputado.

Fortalecido pela votação recebida pelo partido na cidade, o presidente do PSDB de Jundiá, Fernando Souza, acredita que esse não é o único ingrediente do partido para apostar em bons resultados nas próximas eleições. "O voto de confiança depositado nas urnas pelo eleitor de Jundiá ao prefeito Luiz Fernando Machado fortalece nosso partido. Mas não é só o resultado das eleições passadas, pois todo o histórico do partido em nossa cidade e a boa gestão que já se inicia traz a confiança do cidadão de Jundiá e das cidades vizinhas que acompanham o trabalho desenvolvido em Jundiá e acaba avaliando os nossos candidatos no momento do pleito."

Souza acrescenta que, embora o momento seja de muito trabalho junto à gestão jundiáense, o partido, como de costume, deve lançar chapa pura na dobrada com estadual e federal, além dos candidatos ao cargo de governador, senador e presidente. O cargo principal, aliás, tem sido foco de disputas. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que foi padrinho de João Dória para a prefeitura de São Paulo, estaria sendo ameaçado pelo afilhado, segundo especulações. Souza, no entanto, acredita ser "natural" existir disputa no partido. "O PSDB sempre teve bons líderes e sempre chega às vésperas das eleições com bons nomes, mas a exemplo do que aconteceu em 2014, acreditamos que o partido saberá definir o melhor nome em discussão interna com as lideranças nacionais, estaduais e municipais."



► PARA ESTE ANO

Gilmar reforça a reforma política

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, disse nesta sexta-feira (7) que o Brasil corre o risco de ter uma eleição "muito distorcida" em 2018 se não aprovar uma mudança em seu sistema eleitoral até 2 de outubro deste ano.

"Vamos para a eleição de 2018, que é uma eleição grande, sem modelo específico, só com doação das pessoas físicas - que não há tradição no Brasil, e muito provavelmente vamos ficar entregues ao crime organizado, a pessoas que já trabalham no ilícito, ou a algumas organizações que têm modo próprio de financiamento", disse Mendes, pouco antes de falar em evento no MIT (Massachusetts Institute of Technology), em Cambridge.

Depois, ao participar de um debate com a presença do ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, Men-

des destacou que o crime organizado já está operando no campo que não é mais ocupado por doações de empresas. "Em São Paulo, promotores me disseram que tem três candidatos eleitos pelo PCC na Câmara de Vereadores", disse. "Não preciso falar do Rio de Janeiro", completou, arrancando risadas do público.

Mendes disse acreditar que ainda dá tempo de fazer uma reforma política antes da eleição. "Estamos chegando no dia 2 de outubro e precisamos fazer a reforma. Vamos votar em lista? Vamos fazer um distrital misto? Alguma coisa precisa ser feita", afirmou. Apesar da expectativa de debate entre Mendes e Cardozo, que foi advogado de Dilma no processo de impeachment, o clima do debate foi amistoso e os dois inclusive manifestaram opiniões próximas sobre o modelo do voto distrital misto. (AB)

► 2018

Governo eleva para R\$ 129 bi a meta de déficit primário

O governo federal elevou ontem (7) de R\$ 79 bilhões para R\$ 129 bilhões a meta de déficit primário para 2018. O déficit primário é o resultado negativo das contas do governo antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O anúncio foi feito pelos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, em entrevista coletiva para apresentar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2018.

A meta indicativa de déficit de R\$ 79 bilhões em 2018 estava prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, aprovada pelo Congresso no ano passado. Meirelles destacou que há um compromisso do governo em reduzir a meta em relação a 2017. Para esse ano, a meta de déficit para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdên-

cia Social e Banco Central) é de R\$ 139 bilhões.

Para definir a meta de 2018, Meirelles disse que foram levadas em consideração as projeções para o crescimento da economia de 0,5%, em 2017, e de 2,5%, no próximo ano. O governo também prevê que a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fique em 4,3% este ano, e em 4,5% em 2018.

Reforma

Henrique Meirelles, disse ontem (7) que o impacto das mudanças na reforma da Previdência pode diminuir de 15% a 20% a economia que o governo previa obter nos próximos 10 anos com a reforma. Em valores financeiros, a economia pode cair de R\$ 750 bilhões a R\$ 800 bilhões para cerca de R\$ 650 bilhões. Segundo o ministro, contudo, os cálculos estão basea-

dos em "estimativas imprecisas" que ainda dependem de como ficarão regra de transição, benefícios e pensões no texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016.

O ministro reiterou que a redução na economia já está "precificada". "Está nas nossas expectativas. Não se pode pretender que um projeto dessa magnitude não tenha alteração de nenhuma vírgula", afirmou. Meirelles também afirmou que não está prevista alteração na idade mínima da aposentadoria para homens ou mulheres. "Na atual proposta, a transição para mulheres começa aos 45 e para os homens aos 50 anos. Mantém-se essa diferença por um longo período, 20 anos, mesmo nas discussões que estão sendo feitas para o período de transição", argumentou Meirelles. (AB)